

A (NÃO) RETÓRICA DO FASCISMO: UMA INTERSEÇÃO FILOSÓFICA A PARTIR DA RETÓRICA REALISTA

THE (NON-)RHETORIC OF FASCISM: A PHILOSOPHICAL INTERSECTION FROM REALIST RHETORIC

Lara Ferreira Lorenzoni
Faculdade de Direito de Vitória,
Brasil
laralorenzoni7@gmail.com
ORCID 0000-0001-7356-3806

RECIBIDO: 6/9/2022
ACEPTADO: 14/11/2022

RESUMO

É possível que a retórica, a milenar arte de convencer pela palavra, seja projetada pelo viés da filosofia política, reflexionando-se sobre quais regimes melhor se lhe adequariam. Quanto aos democráticos, parece não haver dúvidas de que são o seu ambiente natural, mas o tema gera questões com relação aos autoritarismos. Pensando nos extremos, coloca-se a indagação: o fascismo, apesar de todas as barbaridades fisicamente perpetradas e de tudo o que atualmente representa, refletido no plano meramente discursivo e fora do panorama interpretativo dos direitos humanos, de maneira geral, seria um fenômeno retórico, nos termos da retórica realista? Esse é o problema que o presente artigo busca responder.

Palavras-chave: Retórica, retórica realista, debate público, filosofia política, fascismo.

ABSTRACT

It is possible that rhetoric, the ancient art of convincing through words, may be projected through the bias of political philosophy, reflecting on which regimes would best suit it. As for the democratic ones, there seems to be no doubt that they are its natural environment, but the theme generates questions regarding authoritarianism. Thinking of the extremes, the question arises: would fascism, despite all the barbarities physically perpetrated and all that it currently represents, reflected on a merely discursive level and outside the interpretative panorama of human rights, in general, be a rhetorical phenomenon, in the terms of realist rhetoric? This is the problem that the present article seeks to answer.

Keywords: Rhetoric, realist rhetoric, public debate, political philosophy, fascism.

RESUMEN

Es posible que la retórica, el antiguo arte de convencer a través de la palabra, se proyecte a través del sesgo de la filosofía política, reflexionando sobre qué regímenes le convienen más. En cuanto

a los democráticos, no parece haber duda de que son su entorno natural, pero el tema genera interrogantes sobre el autoritarismo. Pensando en los extremos, surge la pregunta: ¿el fascismo, a pesar de todas las barbaridades perpetradas físicamente y todo lo que representa actualmente, reflejado en el plano meramente discursivo y fuera del panorama interpretativo de los derechos humanos, en general, sería un fenómeno retórico, en los términos de la retórica realista? Este es el problema al que trata de dar respuesta el presente artículo.

Palabras clave: Retórica, retórica realista, debate público, filosofía política, fascismo.

INTRODUÇÃO

A retórica é um saber e uma práxis milenar que remonta ao século V a.C. Teve início na Grécia, na região de Siracusa, a partir da necessidade forense de que os cidadãos recuperassem suas terras expropriadas pelos tiranos depostos Gelon e seu sucessor, Hieron I. Objetivando reaver suas possesões, os expropriados levaram uma série de pleitos ao novo governo aristocrático, cujo êxito dependia do domínio de técnicas argumentativas. Ato contínuo, esse saber foi transportado para Atenas pelos sofistas, sendo-lhe, após, acrescido o componente ético por Sócrates.

Platão, discípulo de Sócrates, abjurou a retórica sofística, devido à sua aplicação “desonesta”, por assim dizer, de modo que, embora tenha mencionado a retórica em alguns de seus escritos, não se propôs a estudar a arte da palavra. Diversamente, seu aluno Aristóteles, conquanto concordasse que a retórica era um saber menor que a filosofia e separado dela, de fato, empenhou-se em entendê-la e sistematizá-la, de modo a cuidadosamente separar a “boa” da “má” retórica.

Muitos séculos passaram-se no desenvolvimento dessa ferramenta e, hoje, existe a chamada retórica realista (termo cunhado pelo filósofo contemporâneo João Maurício Adeodato), *objeto* do presente estudo. Pode-se resumi-la como uma tentativa hodierna de se recuperar essa tradição oralística à maneira dos antigos sofistas, isto é, a retórica tal qual fora inicialmente imaginada, valendo-se desde juízos racionais nos quais o orador sinceramente acredita até de pausas dramáticas, ameaças explícitas, mentiras e jogos dissimulatórios.

Nesse viés, a retórica compõe o campo de estudo da filosofia, ao lado da ontologia, e seu único balizador ético passa a ser o debate público, em teoria, democrático e civilizado, com todos os envolvidos na discussão tendo igual oportunidade de dizer e equivalente necessidade de ouvir.

O fato de a retórica realista retirar totalmente a observância ética do conteúdo daquilo o que é dito (*logos*), da forma como é dito (*pathos*) e da pessoa que diz (*ethos*) no processo comunicativo, mantendo somente a exigência da polidez e do igualitarismo argumentativo durante a contenda oratória, faz com que possa ser pensada pela esteira da filosofia política.

É possível perguntar-se quais regimes políticos da história da humanidade melhor se adequam à retórica. Quanto aos democráticos, parece não haver dúvidas de que são ambiente naturalmente frutífero ao desenvolvimento da retórica realista, pois buscam garantir a liberdade de expressão e de opinião. A questão é: seria possível haver um autoritarismo retórico? Mais especificamente, recorrendo-se ao extremo: o fascismo, apesar de todas as barbaridades fisicamente perpetradas e de tudo o que, numa quadra histórica pós-Segunda Guerra Mundial, representa como moralmente inaceitável para a maior parte do Ocidente, colocado em perspectiva no plano estritamente discursivo e fora do espectro dos direitos humanos, considerando estritamente a forma como lida com a verdade e suas divergências opinativas, de maneira geral, seria um

fenômeno político retórico, consoante a retórica realista? Esse é precisamente o *problema* que aqui se coloca.

A *hipótese* a ser trabalhada é a de que, apesar de a retórica realista ser altamente elástica no conteúdo e na forma, o fascismo, em sua própria base de pensamento, que se reflete no seu acontecimento, não admitiria o antagonismo. Ele viria como algo para se impor, e não para se discutir.

É claro que isso se revela como uma intuição preliminar, pelo conhecimento anterior que já se tinha sobre o assunto, necessitando de maior estudo e confirmação, o que consiste no *objetivo geral* desse artigo: perscrutar o fascismo com certa acuidade teórica e contrapô-lo à retórica realista. Logo, os *objetivos específicos* são: (i) identificar o nascedouro da retórica clássica e seu desenvolvimento na Grécia Antiga; (ii) apresentar, de maneira geral, os postulados da retórica em Aristóteles; (iii) traçar, em oposição a Aristóteles, as teses de base da retórica realista; (iv) interpretar o fascismo historicamente; (v) capturar as singularidades mínimas que compõem fascismo.

Para isso, optou-se pelo *método dialético*. Na análise dialética, o ponto de partida é a *tese*, proposição positiva; essa proposição é seguida de uma segunda, que nega a primeira e constitui a segunda fase do processo – a *antítese*. Por fim, dessa contraposição, surge a *síntese*, “[...] que é a negação da tese e antítese, mas por intermédio de uma proposição positiva superior – a obtida por meio de dupla negação” (Lakatos e Marconi, 2003, p. 102). Aqui, a *tese* é aquilo o que aponta a retórica realista como solução para o problema do conhecimento e para o problema ético. A *antítese* consiste em como o fascismo trata a questão da verdade e da diferença no debate público. A *síntese* é a retórica (realista) no fascismo, mais exatamente, sua presença (ou ausência) perante suas idiossincrasias constatadas.

Uma observação importante é que o fascismo a ser filosoficamente analisado entende-se como fenômeno político, algo que se perpetua no tempo (pois as ideias não morrem), não se confundido com o fascismo histórico do início do século XX, embora esse conste também no trabalho, dada a sua importância para o entendimento geral desse movimento.

Para isso, foram eleitos como *marcos teóricos* de exame do fascismo as elaborações de Robert Paxton, Jason Stanley e Leandro Konder. Em termos de análise retórica, foram escolhidas as teses retóricas do filósofo clássico Aristóteles e do pensador contemporâneo João Maurício Adeodato. Eventualmente, outros aportes aparecem para complementar as análises, como Umberto Eco, Hannah Arendt, Norberto Bobbio e Marilena Chauí, mas a pesquisa é modestamente limitada ao que os marcos principais colocam sobre os assuntos trazidos para cotejamento. Por óbvio, não se pretende esgotá-los, visto que ambas as categorias propostas (retórica e fascismo) são muito mais complexas do que algumas páginas possam explicar e necessitam de estudo de maior fôlego para uma perscrutação de fato minuciosa.

Quanto à disposição dos capítulos, num primeiro momento, observa-se o que é a retórica, como e onde se originou, explicando a retórica clássica, com especial ênfase à obra de Aristóteles. A partir daí, pode-se trazer à baila a retórica realista, posto que essa se desenha ora concordando, ora contrapondo-se às premissas ontológico-aristotélicas.

Depois, passa-se ao estudo do fascismo, localizando historicamente o seu surgimento e apresentando em termos gerais qual era (e é) sua ideologia, além de como esse evento se comporta perante o debate público com seus adversários na dialética da verdade.

Finalmente, no terceiro nível, faz-se a aproximação desejada entre retórica realista e fascismo, a fim de se compreender em que pontos é filosoficamente possível admitir compatibilidades ou não entre ambos, realizando-se uma contínua comparação entre o que o fascismo afirma e realiza e o que a retórica realista recomenda na manutenção do diálogo.

Acrescenta-se que não se está aqui a aderir à retórica realista como a melhor versão da retórica (eis que esse não é o posicionamento da autora), mas, simplesmente, utilizando-a como lente especulativa de aproximação à categoria fascismo.

1. A RETÓRICA CLÁSSICA

A retórica ocupa um lugar especial na história da civilização ocidental, do ponto de vista da formação da cidadania. A partir do momento em que o ser humano se entendeu como um animal político, foi necessário organizar mental e racionalmente os temas comuns na promoção da coisa pública (*res publica*).

O interesse pela retórica nasceu no seio das cidades-estados gregas e a gênese histórica está no séc. V a.C. Quanto à localização do nascimento da retórica, tem-se a região de Siracusa, na ilha da Sicília:

Seus habitantes gregos, desejosos de recuperar suas terras após a expulsão dos tiranos, sentiram a necessidade de criar discursos racionalmente organizados e persuasivos. A respeito desses siracusanos, costumavam dizer na Antiguidade que eles eram dotados de uma eloquência natural, e que só faltava uma sistematização, um método, para organizar racionalmente esse dom natural de sua cultura nativa (Costa, 2019, p. 355).

Córax, discípulo de Empédocles (490-430 a.C.), e Tísias, discípulo de Córax, foram os primeiros mestres a formular a técnica retórica, que consistia numa espécie de consultoria a respeito do procedimento mais eficiente nos pleitos judiciais. Dessa forma, a retórica surge da necessidade da prática forense. Parece ponto pacífico, então, que a origem da retórica no Ocidente é de natureza judicial, “[...] sem qualquer vínculo com a literatura ou a poesia, estando politicamente ligada ao espaço público da palavra livre e aos efeitos do discurso sobre as relações sociais” (Adeodato, 2015, p. 43).

Para Córax, a retórica era a arte da persuasão, independentemente da veracidade ou não do tema. Esse valioso saber chega a Atenas por meio dos sofistas Protágoras (490-420 a.C.) e Górgias (485-380 a.C.) (Costa, 2019, p. 355). O componente ético, isto é, a preocupação em se diferenciar o bem e o mal na retórica, até então, não existia, sendo gradualmente inserido, principalmente, por Sócrates (Adeodato, 2015, p. 43).

O aluno mais proeminente de Sócrates, Platão, teceu severas críticas aos sofistas por suas “[...] armadilhas dialéticas, jogos mentais que não conduziam os estudantes necessariamente à verdade, além do fato de eles cobrarem por suas aulas, o que, na concepção platônica, desmerecia sua filosofia” (Costa, 2019, p. 355).

Por esse viés platônico, a retórica, como a ontologia, estava a serviço da verdade e, além disso, vinculada à ideia de bem, pois

[...] a retórica procurava aquilo que transmitia a verdade aos objetos cognoscíveis (isto é, às coisas possíveis de serem conhecidas) e proporcionava ao sujeito que a conhecia esse poder verdadeiro, esse conhecimento real das essências. E isso era sumamente belo (A República, livro VI, 508e) (Costa, 2019, p. 356).

No diálogo entre Sócrates e Górgias narrado por Platão em “Górgias ou A oratória”, define-se a oratória como “a arte da palavra” (Platão, 1970, p. 54). E, mais à frente, pondera-se que o orador, ainda que habilitado a disputar com qualquer pessoa sobre qualquer assunto, “deve recorrer à oratória com retidão” (Platão, 1970, p. 67). Em sua fala, Górgias estabelece que

Se alguém se formou orador e em seguida se vale desse condão e dessa parte para a prática do mal, não é o caso, creio eu, de odiar e expulsar das cidades o seu mestre. Este, com efeito, transmitiu-lhe a sua arte para fins justos; ele é que a empregou de maneira oposta. Ódio, expulsão e morte merece quem mal a emprega, não quem lha ensinou (Platão, 1970, pp. 67-68).

O primeiro a promover uma sistematização da retórica foi Aristóteles (384-322 a.C.). Em seu livro “Retórica”, o filósofo de Estagira define retórica tal qual “a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir” (2005, p. 95). Como seu mestre Platão, Aristóteles compreende a retórica como um campo fora da filosofia (naquele tempo, entendida como a esfera mais nobre do saber, que buscaria as “verdades” do universo).

No entanto, ele se diferencia de seu professor na medida em que reconhece a importância do estudo da retórica pelos filósofos, ainda que ela não seja capaz de *silogismos apofânticos* (Adeodato, 2015, p. 54). Esses, por sua vez, são as construções de raciocínio intuitivas (*silogismos apofânticos apodíticos*) ou demonstráveis (*silogismos apofânticos demonstrativos*), que se pautam em fontes verdadeiras e primárias, portanto, capazes de chegar à “verdade”. Quem os elabora é a *filosofia*, pois, como dito, é nela que está a procura por aquilo o que é verdadeiro. Em “Órganon”, aponta Aristóteles que

São verdadeiras e primárias as coisas que geram convicção através de si mesmas e não através de qualquer outra coisa, pois, no que toca aos primeiros princípios da ciência, faz-se desnecessário propor qualquer questão adicional quanto ao por que, devendo cada princípio por si mesmo gerar convicção (2010, p. 348).

Há, diversamente, proposições a que não se pode aplicar o método da verdade científica (*silogismos não apofânticos*), ou seja, incapazes de alcançar um pressuposto universalmente válido. Delas, o máximo que se poder auferir são verdades aproximativas, questionáveis. O filósofo estagirita admite isso, tal qual seus antecessores. Nesse aspecto, seu grande diferencial entre os pós-socráticos é que, para ele, essas categorias do provável, do terreno pantanoso da opinião (*doxa*), embora não se tratem de filosofia, não devem ser ignoradas, merecendo estudo e categorização por parte dos filósofos.

Assim,

Aristóteles vai perceber que, em muitos setores importantes da vida humana, não é possível chegar à verdade, ao âmbito da episteme desejado por Platão. Mesmo aceitando que a finalidade da filosofia é a verdade, e que a tarefa de procurá-la é a mais significativa, Aristóteles aceita que a opinião pode ser relevante e a retórica, como campo de estudo da opinião, indispensável, exatamente quando ‘a filosofia’ se mostra impotente. Daí ter escrito sua Retórica, obra na qual procura mostrar uma boa retórica em oposição àquela praticada pelos sofistas, fonte da aversão de Platão pelo conhecimento opinativo (Adeodato, 2015, p. 52).

Às opiniões, resta, pois, não a filosofia, que está ocupada com a ontologia (a busca das verdades universais), e sim, a arte do convencimento: a retórica. A retórica é, por conseguinte, desenvolvida como a perquirição e aplicação das probabilidades.

Dessa feita,

O silogismo retórico difere do silogismo lógico-científico porque nele a dedução é feita a partir da verossimilhança e de indícios e não de premissas universais e necessárias, uma vez que a retórica se move no campo do provável e do plausível (Chauí, 2002, p. 481).

Como se pode observar, Aristóteles distingue os silogismos científicos (aqui chamados de apofânticos) dos silogismos dialéticos. Os *silogismos científicos ou apofânticos* são aqueles cujas premissas e conclusões são universais e necessárias, ou seja, “[...] não admitem o ‘pode ou não ser’, ‘pode acontecer ou não acontecer’, ‘pode ser assim ou de outra maneira’, ‘é provável que seja assim’” (Chauí, 2002, p. 375). Eles estão no campo da *ontologia*, das verdades científicas. Aristóteles compreendia a filosofia como o local da investigação ontológica: “O silogismo é demonstração quando procede de premissas verdadeiras e primárias ou tais que tenhamos extraído o nosso conhecimento geral delas através de premissas primárias e verdadeiras” (Aristóteles, 2010, p. 348).

Os *silogismos dialéticos*, ao contrário, são aqueles em que os pressupostos referem-se a coisas “[...] prováveis, possíveis, contingentes, verossímeis, isto é, coisas que podem ou não ser, que podem ser de uma maneira ou de outra, que podem acontecer ou não acontecer” (Chauí, 2002, p. 375, grifamos).

Em certo espaço e tempo, pode não haver dúvida de que a força gravitacional aproxima os corpos físicos no cosmos. Não obstante, quanto a determinada decisão judicial ter sido justa ou injusta, ou, no que se refere a certa política pública adotada por um governante ter sido eficiente ou não, podem existir opiniões majoritárias, mas, invariavelmente, haverá o que ser questionado. Em outras palavras: o dissenso sempre é cabível. Note-se, por conseguinte, um dualismo aristotélico entre filosofia (o lugar das verdades) e retórica (o campo das aproximações).

Ainda sobre o silogismo dialético, pode-se inferir, é aquele que comporta argumentações contrárias, cujas premissas são opiniões referentes a realidades contingentes de que a análise não cabe à ciência (filosofia), mas à persuasão (retórica). Logo, a *dialética* é

[...] uma discussão entre opiniões e argumentos contrários, cuja conclusão é obtida pela força persuasiva maior de um argumento ou de uma opinião sobre outros (Chauí, 2002, p. 375).

Inovando em relação a seu mestre, Aristóteles não despreza a opinião, malgrado a mantenha fora do campo das ciências teóricas, haja vista que a ciência não é dialetizável - ela não admite oposições, negações, possibilidades, verossimilhanças, nem acordos de persuasão. Em outras palavras, “No silogismo científico, as premissas se referem ao universal e necessário, que não é objeto de refutação nem de persuasão, mas de demonstração” (Chauí, 2002, p. 376). Nele, as premissas devem ser primárias, indemonstráveis, pois, “[...] se tivéssemos que demonstrar as premissas, iríamos de regressão em regressão ao infinito, sem demonstrar coisa alguma” (Chauí, 2002, p. 376).

Na retórica, diversamente, entra-se no terreno das probabilidades e dos questionamentos em que nada é definitivamente verdadeiro e tudo é passível de algum nível de contestação, devendo-se buscar as opiniões de aceitação geral.

Nas palavras do antigo filósofo, “opiniões de aceitação geral [...] são aquelas que se baseiam no que pensam todos, a maioria ou os sábios, isto é, a totalidade dos sábios, ou a maioria deles, ou os mais renomados e ilustres entre eles” (Aristóteles, 2010, p. 348). E arremata:

Com finalidades filosóficas, cabe nos preocuparmos com as proposições sob o prisma da verdade, mas se nossas intenções são de caráter dialético, nossa perspectiva deve ser aquela da opinião (Aristóteles, 2010, p. 363).

Apesar dessa “revolução copernicana” efetuada pelo estagirita em relação a Sócrates e Platão, trazendo a retórica para o zona do investigável, ainda que alheia ao científico e verdadeiro, há um elemento da tradição platônica do qual Aristóteles não abre mão em sua tese: a ética. Ainda que alce a retórica ao patamar dos fenômenos sistematizáveis, o grande pensador mantém um certo pudor a fim de que a retórica seja considerada digna de autenticidade. Para ele, é indispensável que a retórica contenha uma virtude moral, uma certa honestidade quanto ao que se defende. Esse requisito pode ser resumido na necessidade de afastamento do silogismo erístico (aquele que advém do erisma). Na retórica aristotélica, o único silogismo possível é o silogismo entimemático (aquele que se constitui do entimema), ao passo que, na ciência, é o apofântico.

Fora disso, não há filosofia, tampouco retórica, mas apenas falsas proposições, que não operam nem com verdade (naquilo o que é científico - *episteme*), nem com honestidade (naquilo o que advém da opinião - *doxa*):

Com efeito, aquele que constrói uma falsa figura não raciocina nem a partir de premissas verdadeiras e primárias nem a partir de opiniões de aceitação geral, não sendo enquadrado em nossa definição, pois não toma como suas premissas quer opiniões de aceitação universal, quer as que se fiam na maioria ou nos sábios (Aristóteles, 2010, p. 348).

O erisma e o entimema são os dois tipos de silogismo incapazes de chegar à verdade, em oposição aos silogismos apofânticos. Vale dizer: são as duas espécies de silogismo dialético, dado que ambos dirigem-se a conclusões prováveis e desejáveis. Quanto ao entimema, trata-se de juízo que se baseia em exemplos paradigmáticos, probabilidades e indícios:

Seus fundamentos são expressões da endoxa: os lugares comuns (*topoi*) aceitos no ambiente social, os exemplos do passado (paradigmas) e os indícios ou sinais (*éndeixi*) (Adeodato, 2018, p. 129, grifos do autor).

A Retórica de Aristóteles coloca expressamente o entimema como seu único objeto e o denomina, assim, silogismo “retórico”. O silogismo retórico (ou entimemático) pode expressar-se tão somente por três vias: a do *logos* (o que se fala, conteúdo da mensagem), a do *ethos* (quem fala, a autoridade do locutor) e a do *pathos* (como se fala, envolvendo as emoções da plateia e seu controle) (Adeodato, 2018, p. 129). Na lição do pensador clássico,

As provas de persuasão fornecidas pelo discurso são de três espécies: umas residem no caráter moral do orador; outras, no modo como se dispõe o ouvinte; e outras no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar (Aristóteles, 2005, p. 96).

Esse é o arsenal retórico admitido por Aristóteles para a “boa” retórica: o entimema trabalhado por meio dos recursos do *logos*, do *ethos* e do *pathos*, o que, em seu entendimento, conforma, de fato, a “boa” retórica – o que denomina de *persuasão*.

Como se disse, existe outro silogismo que, tal qual o entimema, não é capaz de alcançar a verdade científica: o erisma. Aristóteles, diferentemente dos sofistas e tal como Platão, o renega veementemente como artifício retórico. Dessa maneira, a fim de não permitir que sua teoria se contamine pela sofística, Aristóteles difere a *persuasão* (que compõe a legítima retórica) da *erística* (que seria a “má” retórica), excluindo-a de sua teoria.

Os argumentos erísticos são aqueles que envolvem “[...] simulação, dissimulação, mentira deliberada, ameaça, bajulação, ironia, arrogância e muitas outras vias da comunicação humana” (Adeodato, 2018, p. 130). Em Aristóteles, conclui-se, a *erística* não está, nem na retórica (pois é moralmente inaceitável como *persuasão*), nem na filosofia (visto que não é um silogismo apofântico).

Enfim, na retórica aristotélica, há um moralismo, uma exigência ética: o locutor, na tática do convencimento, deve acreditar sinceramente naquilo o que diz (*não pode mentir*) e, ainda, *não tem o condão de se valer de ameaças e de ofensas aos interlocutores*.

Noutros termos,

[...] constitui a tarefa daquele que detém ele mesmo conhecimento de algum determinado assunto abster-se de argumentos falaciosos em torno dos temas do seu conhecimento e ser capaz de denunciar aquele que os utiliza (Aristóteles, 2010, p. 579).

O antigo filósofo, ao se ocupar da matéria, reduz, portanto, o âmbito muito mais amplo da retórica sofística preexistente aos meios da *persuasão* denominados *logos*, *ethos* e *pathos*, associados exclusivamente aos entimemas. Similarmente a Platão, Aristóteles mantém expressamente o erisma afastado do arsenal de possibilidades persuasivas do orador, enfatizando a virtude moral inerente à “boa” retórica, que deve servir de constrangimento aos debatedores.

2. A RETÓRICA REALISTA

O filósofo brasileiro João Maurício Adeodato, profundamente influenciado pelos sofistas e pelo pensador cético helenista Sextus Empiricus (séculos II e III d.C) - cujas obras sempre têm por título “contra” (*adversus*) seguido de alguma ideia que se pretende combater -, concebeu a chamada *retórica realista*. À moda desse antigo filósofo, João Maurício erige sua retórica sobre três alicerces básicos: (i) contra os filósofos ontológicos, (ii) contra os retóricos aristotélicos e (iii) contra os filósofos ontológicos e os retóricos aristotélicos.

Na elaboração de seu pensamento, João Maurício empreende uma cruzada intelectual em oposição à “tirania da verdade”, em seu entendimento, “provavelmente o conceito retoricamente mais bem sucedido da cultura ocidental” (Adeodato, 2014: XIX). A seguir, esquadrinham-se suas ideias mais essenciais.

2.1. Contra os filósofos ontológicos

O pensador contemporâneo afirma que a retórica não se reduz a mero enfeite do discurso, ainda que essa seja uma de suas importantes funções. Não se trata, outrossim, simplesmente de orna-

mentos antiéticos para enganar incautos, isto é, uma prática meramente enganadora e mentirosa, embora assuma que “essa também constitui uma de suas habilidades” (Adeodato, 2014, p. 2). Para Adeodato, a retórica também se ocupa dos discursos que apelam à verdade, à justiça, à persuasão sincera, à igualdade, à autoridade etc. (Adeodato, 2017, p. 19).

Aduz o filósofo que retórica “nem cuida somente da beleza e da sedução por si mesmas, nem cuida somente da beleza e da sedução para servir a uma ‘má’ ética” (Adeodato, 2014, p. 2). E complementa:

A retórica realista, contra os filósofos ontológicos, aceita que a retórica é também o campo da persuasão sincera e da ‘boa’ ética, mas essa é uma relação contingente, pois a retórica pode ser utilizada para quaisquer fins, como queria a sofística. A controvérsia atesta o problema dessa relação milenar entre a retórica e a ‘boa’ ética (Adeodato, 2017, p. 20).

Nessas passagens, João Maurício deixa clara a sua proposta de uma retórica que *inclui a erística* como arma para o debate. Dessa forma, o filósofo afasta-se consideravelmente da construção aristotélica predominante até hoje, resgatando aquilo o que se entendia por retórica na filosofia pré-socrática. Sem dúvida, é uma interessante retomada do ceticismo sofístico, cuja persuasão é muito mais abrangente, englobando tanto os silogismos entimemáticos quanto os erísticos, de modo a se expandir imensamente as estratégias retóricas possíveis ao expositor que pretende convencer o seu público.

2.2. Contra os retóricos aristotélicos

João Maurício Adeodato sustenta que a retórica não consiste unicamente em persuasão, isto é, no entimema pelas vias do *ethos*, do *pathos* e do *logos*, tal como queria Aristóteles. A retórica vai além desses limites: é a persuasão, nos termos aristotelicamente colocados, *somada à erística*. É dizer, retira-se o elemento ético, no sentido de virtude, de que o estagirita não renunciara, possibilitando o uso de artifícios “moralmente condenáveis”, como a mentira, o engodo, a sedução, a ameaça e a arrogância.

Nesse prisma, explica que

[...] a persuasão pode ser a via retórica mais importante, por sua eficácia e permanência no tempo, até por sua dignidade ética, mas não é absolutamente a única, pois um estudo realista da retórica precisa se ocupar também de outras vias pelas quais um orador consegue fazer prevalecer seu discurso [...]. Retomando a tradição siciliana e sofística original, definir as outras estratégias, erísticas, constitui um dos objetivos da retórica realista. Mas reduzir a retórica aos argumentos sofísticos, como o fazem as ontologias, é o erro do outro lado que a primeira tese procura combater (Adeodato, 2017, p. 20).

De outra maneira: se, de um lado, a retórica não se limita à persuasão aristotélica, por outro, ela não está adstrita à erística – na verdade, a retórica abrange os dois. Isso não significa que a retórica, da forma empregada pelo autor brasileiro, dispense todo e qualquer escrúpulo. Há uma orientação ética pela democracia e pela tolerância, com todos tendo igual direito a voz e, necessariamente, colocando-se em posição de civilizada escuta.

2.3. Contra os ontológicos e os retóricos aristotélicos

A última tese base da retórica realista aqui apresentada é a de que a retórica, embora não se ocupe de entimemas apofânticos, é, sim, parte da filosofia. Não há, dessarte, o dualismo colocado por Aristóteles entre filosofia (o estudo da ontologia) e retórica (o estudo das probabilidades). Logo, “[...] retórica é filosofia, ainda que não investigue a verdade, que considera inatingível. ‘Verdade’ é aqui entendida como um enunciado de aceitação obrigatória, cogente [...]” (Adeodato, 2017, p. 20).

Para que esse pensamento seja possível, é necessário readequar o que se entende por filosofia. Na percepção ontológica dominante, a filosofia constitui a busca da verdade. João Maurício Adeodato contrapõe-se firmemente a essa ideia. Assevera o autor que a filosofia ontológica consolidou-se de tal maneira no pensamento ocidental que, por muito tempo, os retóricos acreditaram não fazer filosofia, porquanto não estavam investigando o que é verdadeiro, e sim, aquilo o que é provável e discutível. “Mas, se se prescinde do conceito de verdade, retórica é filosofia e *filosofia é a busca da sabedoria, não da verdade*” (Adeodato, 2014, p. 2, grifamos).

Desse modo, se a filosofia é a busca da sabedoria e a retórica está à procura de um saber (um saber que não é ôntico, e sim, retórico), esse conhecimento milenar também faz parte do campo filosófico. Essa é outra guinada radical que João Maurício efetua em sua construção filosófica: além de a retórica abranger a erística, ela mesma constitui o saber filosófico, ao lado da ontologia.

Por último, a retórica realista entende que a realidade é criada, constituída, conformada pelo *relato vencedor*, é dizer, o conjunto de enunciados aceitos pela maioria, a chamada *retórica material*. O relato vencedor não precisa ser consenso, nem mesmo um consenso “racional”. Outrossim, não envolve obrigatoriamente luta ou competição, “pois pode ser obtido por muitos outros meios, como persuasão, sinceridade e solidariedade” (Adeodato, 2017, p. 21).

Disso, não se depreende que o conhecimento humano seja condicionado pelo aparato cognoscitivo, ou mesmo intermediado pela linguagem, mas sim que “[...] a própria realidade é retórica, pois *todo pensamento e toda percepção humanos se dão na e pela linguagem*” (Adeodato, 2017, p. 21, grifamos).

A retórica material estabelece a relação do ser humano com o meio ambiente, consubstanciando-se no conjunto de relatos sobre o mundo que são eles mesmos a própria existência humana e seu entorno, vez que o mundo humano, o mundo que se conhece pelo ser cognoscente, é estritamente composto por linguagem.

De tudo isso, pode-se concluir que o entendimento daquilo o que é retórica ainda é um campo de disputa de narrativas. Mesmo entre os retóricos, segue prevalecendo a concepção de que a erística encontra-se fora da retórica e que essa, a seu turno, está localizada fora da filosofia. À vista disso, com certeza, a retórica realista é, hoje, um posicionamento teórico minoritário. Não obstante, exatamente por todas as peculiaridades e questionamentos que gera, é o conceito de retórica escolhido como base à discussão proposta nesse trabalho.

A retórica realista, ao inserir no campo de abrangência retórica a erística, dispensou do debate público qualquer moral quanto ao que se diz (*logos*) e ao como se diz (*pathos*), de maneira que absolutamente todos os debatedores possam defender o que quiserem. Isso, é claro, desde que o locutor disponha-se a ouvir civilizadamente as contra-argumentações (exigência ética).

Sendo a linguagem o único mundo humanamente possível, o controle de qualidade daquilo o que é “bom” ou “ruim” será feito na ampla arena dialógica, com representantes de todas as correntes de pensamento. A partir desse espanto (com a extrema abertura discursiva da retórica

realista), nesse artigo, fazem-se reflexões quanto a determinados sistemas de organização social, para se saber quais deles seriam ou não politicamente “retóricos”.

Sabe-se que, na primeira metade do século XX, houve a ascensão de um dos movimentos autoritários mais sanguinários da história da humanidade: o fascismo. Seus líderes utilizaram-se muito da arte da palavra e lograram convencer multidões em torno de seus ideais para ascender ao poder, possibilitando que todas as barbaridades conhecidas fossem executadas. Pensando nisso, surgiu o questionamento: o fascismo, enquanto fenômeno político, é condizente com a retórica? Com a retórica clássica parece explícito que não, pois, como visto, há um forte filtro moral intrínseco ligado à honestidade. Benito Mussolini e Adolf Hitler nunca declararam publicamente que pretendiam torturar e matar milhões de pessoas, mas foi o que aconteceu. Sobre o holocausto, especificamente, sabe-se que o regime nazista tomou as precauções mais elaboradas para ocultá-lo do povo alemão e de observadores estrangeiros.

No entanto, em se tratando de retórica realista, abre-se margem para a dúvida: se se pode mentir, enganar, omitir, inventar e até ameaçar de violência, a princípio, parece não haver problema algum na “retórica” do fascismo (e na sua versão alemã, o nazismo). Entretanto, para haver essa certeza, é necessário compreender quais são as bases da política e da ideologia fascista, seu entendimento da verdade e sua maneira de lidar com a oposição. É, então, o que se passa a expor.

3. FASCISMO: CONCEITO E IDEOLOGIA

Por mais que haja disputas quanto ao preenchimento de sentido ao significante fascismo, fato é que se trata, histórica e filosoficamente, de um fenômeno político da direita. A direita, portanto, é gênero de que o fascismo é espécie.

Sem entrar aqui no mérito da existência ou não da dicotomia direita-esquerda, assumindo-se como pressuposto que ela existe e que (ainda) é pertinente aos dias de hoje, e, também, que sejam conceitos relativos – e não, substantivos ou ontológicos (Bobbio, 1995, p. 91) –, coloca-se, sinteticamente, que, em essência, a ideologia de direita representa as demandas de forças sociais empenhadas em conservar determinados privilégios. Esses são pautados num sistema socioeconômico que garante o estatuto de propriedade de que tais forças são beneficiárias, podendo-se falar num conservadorismo intrínseco à direita (Konder, 1977, p. 6).

Nesse sentido,

O homem de direita é aquele que se preocupa, acima de tudo, em salvaguardar a tradição. O homem de esquerda, ao contrário, é aquele que pretende, acima de qualquer outra coisa, libertar seus semelhantes das cadeias a eles impostas pelos privilégios de raça, casta, classe etc. (Confrancesco Apud Bobbio, 1995, p. 81).

Após essa breve diferenciação, pressupondo-se que o fascismo é um movimento autoritário de extrema direita, passa-se à conceituação propriamente da categoria política fascismo. Na interpretação de Leandro Konder (1977, p. 21), o fascismo é uma tendência que surge na fase imperialista na qual o capitalismo busca se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se por meio de uma política favorável à crescente concentração do capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, disfarçado sob uma máscara modernizadora.

Guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionaisistas e conciliando-se com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório,

O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário. Seu crescimento num país pressupõe condições históricas especiais, pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas (enfraquecendo-lhes a influência junto às massas); e pressupõe também as condições da chamada sociedade de consumo dirigido, bem como a existência nele de um certo tipo de fusão do capital bancário com o capital industrial, isto é, a existência do capital financeiro (Konder, 1977, p. 21).

Apesar de se entender que ambos os discernimentos estão corretos à sua maneira e que, juntos, colaboram para uma compreensão mais completa acerca do fenômeno, para os fins aqui pretendidos, adota-se a definição cunhada por Robert O. Paxton (2007). Assim,

O fascismo tem que ser definido como uma forma de comportamento político marcada por uma preocupação obsessiva com a decadência e a humanidade da comunidade, vista como vítima, e por cultos compensatórios da unidade, da energia e da pureza, nas quais um partido de base popular formado por militantes nacionalistas engajados, operando em cooperação desconfortável, mas eficaz com as elites tradicionais, repudia as liberdades democráticas e passa a perseguir objetivos de limpeza étnica e expansão externa por meio de uma violência redentora e sem estar submetido a restrições éticas ou legais de qualquer natureza (p. 359, grifamos).

Perceba-se que o fascismo se trata de uma categoria política autônoma, logo, não se confunde com outras, como totalitarismo, despotismo, tirania e ditadura (que podem permeá-lo e se relacionar com ele). Sem dúvida, é um ente de viés fortemente histórico e, por isso, pode ser entendido como um acontecimento exclusivamente histórico que ficou no passado – a grande invenção política do século XX – num contexto muito específico. Nessa leitura purista, restringe-se ao que ocorreu na Itália no período entre guerras sob o comando de Benito Mussolini (o chamado “fascismo clássico”). Mesmo que não seja essa a concepção de fascismo adotada nesse texto, faz-se necessário elucidá-la brevemente para a melhor compreensão do fenômeno.

Pela perspectiva clássica, oficialmente, o fascismo teria nascido numa manhã de domingo, em 23 de março de 1919. Na ocasião, pouco mais de cem pessoas – entre veteranos de guerra, sindicalistas que haviam apoiado a Primeira Guerra Mundial e intelectuais futuristas, além de repórteres e curiosos – reuniam-se na sede da Aliança Industrial e Comercial de Milão, “[...] cujas janelas se abriam para a Piazza San Sepolcro, para ‘declarar guerra ao socialismo (...) em razão de este ter se oposto ao nacionalismo’” (Paxton, 2007, p. 5).

Naquela oportunidade, Mussolini batizou seu movimento de *Fasci di Combattimento* (em português, algo similar a “fraternidades de combate”) (Paxton, 2007, p. 5). Doravante,

Em 5 de abril de 1919, pouco depois da reunião inaugural do fascismo, realizada na Piazza San Sepolcro, um grupo de amigos de Mussolini [...] invadiram [sic] o escritório do jornal socialista Avanti, em Milão, do qual o próprio Mussolini havia sido editor, entre 1912 e 1914. Eles destruíram todo o equipamento. Quatro pessoas foram mortas, inclusive um

soldado, e trinta e nove ficaram feridas. O fascismo italiano, desse modo, irrompeu na história por meio de um ato de violência contra não apenas o socialismo como também contra a legalidade burguesa, em nome de um pretense bem nacional maior (Paxton, 2007, p. 19, grifamos).

Num primeiro momento, foi difícil classificar o fascismo dentro do espectro político italiano, devido à diversidade de membros e de pautas que, a princípio, ele reuniu. No encontro na Piazza San Sepolcro, não estava muito claro se Mussolini pretendia competir com seus antigos companheiros do Partido Socialista Italiano, apresentando-se como uma segunda alternativa à esquerda, ou se os atacaria frontalmente pela direita. Do que se tinha certeza, desde o começo, era que o fascismo não se situava no centro. Os fascistas nutriam um desprezo absoluto pela suavidade, pela complacência, pelo parlamentarismo liberal, pelo individualismo burguês e pelos acordos políticos com o centro, “[...] apesar de os partidos fascistas, na sua luta pelo poder, terem precisado se aliar às elites centristas contra o inimigo comum representado pela esquerda” (Paxton, 2007, p. 29).

A principal reação fascista ao mapa político dividido entre direita e esquerda foi alegar que se tratava de uma “terceira via”, de maneira que o movimento não se classificaria nem como direita, nem como esquerda. Os fascistas consideravam que haviam transcendido essas divisões “arcaicas”, tornando-as obsoletas, de modo a unir a nação num propósito único.

Quanto à ideologia que orientava os fascistas, não tinha contornos específicos, nem se pautava numa razão abstrata e universal. Na realidade, era uma lógica de dominação, na qual se acreditava numa raça superior, num sangue eleito, engalfinhado numa luta darwiniana contra os povos inferiores, que deveriam ser submetidos pela força.

Umberto Eco (2009) depõe que “[...] o fascismo não possuía nenhuma quintessência. O fascismo era um totalitarismo *fuzzy* [...] não era uma ideologia monolítica, mas uma colagem de diversas ideias políticas e filosóficas, um alveário de contradições” (p. 32). Também coloca a questão nesses termos Leandro Konder (1977), ao alegar que os novos *fasci di combattimento*, não tendo um programa, vomitavam impropérios pretensamente patrióticos contra supostos inimigos e, quando partiam para a ação, colocavam em prática a “[...] ‘dialética dos punhos e dos revólveres’” (p. 32).

Como esclarece Robert Paxton (2007),

O fascismo não repousava na verdade de sua doutrina, mas na união mística do líder com o destino histórico de seu povo [...]. O líder queria levar seu povo ao campo mais elevado da política, campo esse que podia ser experimentado de forma sensual: o calor de pertencer a uma raça agora plenamente consciente de sua identidade, destino histórico e poder; o entusiasmo de participar de uma vasta empreitada coletiva; a gratificação de deixar-se submergir numa onda de sentimentos coletivos e de sacrificar as próprias preocupações mesquinhas em favor do interesse grupal; e a emoção do domínio (p. 39).

Os fascistas não demonstravam qualquer constrangimento em não ter um programa político racional. O próprio *Dulce1* declarou publicamente, pouco antes de se tornar primeiro ministro, que “O nosso programa é quebrar os ossos dos democratas do II Mundo. E quanto antes, melhor”, além

1 “Líder” em italiano (tradução livre), maneira como era chamado Mussolini durante o fascismo italiano.

do que “[...] O punho é a síntese da nossa teoria”, afirmou um militante fascista da década de 1920 (Paxton, 2007, p. 40).

No nazismo (a versão alemã do fascismo inspirada no regime italiano, sob o império de Adolf Hitler, o *führer*²), o ápice da violência se deu com o *holocausto*. Originalmente, em grego, holocausto significava um tipo de sacrifício em que a vítima é inteiramente consumida pelo fogo. No nazismo, adquiriu nova acepção: passou a designar o que acontecia nos campos de concentração alemães durante o Terceiro Reich, nos quais milhares de pessoas (sobretudo judeus, ciganos, comunistas e homossexuais) eram diariamente expostas a condições desumanas e degradantes e, em última instância, assassinadas (Pazzinato & Senise, 2002: 278).

Nesse ponto, Hannah Arendt (2012) ensina que “a derradeira catástrofe cristalizante” - em referência à Segunda Grande Guerra -, “uma guerra mundial de ferocidade nunca vista”, com o holocausto, culminou no surgimento do *genocídio*, crime desconhecido³ até então pela civilização ocidental (pp. 21-22).

Apesar das versões históricas mais proeminentes (fascismo italiano e nazismo alemão), na esteira de pensadores mais flexíveis, concebe-se, aqui, o fascismo como um fenômeno que transcende o tempo e o espaço, podendo ser identificado em diferentes conjunturas, desde que reúna pelo menos algumas de sua extensa lista de “paixões mobilizadoras”, como afere Robert O. Paxton (2007: 360).

Especialistas contemporâneos, como o professor norte-americano Jason Stanley, categorizam como fascismo qualquer tipo de ultranacionalismo (étnico, cultural, religioso) no qual a nação está apresentada na figura de um líder autoritário que fala em seu nome, “Como Donald Trump declarou em seu discurso na Convenção Nacional Republicana em julho de 2016: ‘eu sou a voz’” (Stanley, 2020, p.14). Para esse autor, a principal destinação do fascismo é a divisão da população entre “nós” (os incluídos, os dignos) e eles (os excluídos e indignos), apelando para distinções étnicas, religiosas ou raciais, de maneira a moldar a ideologia e a própria política.

Essa desumanização de grupos minoritários pode ocorrer mesmo que não se esteja diante de um Estado explicitamente fascista, isto é, um Estado em que ainda se mantém um verniz democrático, o que não significa que não seja igualmente perigoso, pois todos os massacres físicos perpetrados na Alemanha nazista, por exemplo, não se deram do dia para a noite - foram precedidos de um longo e gradual período de discursos de ódio.

Portanto, o fascismo pode estar presente ainda que não se testemunhem grandes atos explícitos de totalitarismo realizados por uma legião de homens fardados com os braços erguidos na direção de um líder, como se deu no passado. O fascismo subsiste independentemente do signo totalitário, como fenômeno político e técnica de poder, com um estilo mais sóbrio e mais tecnocrático, porquanto “as circunstâncias exigem dos fascistas que eles sejam mais prudentes e mais discretos do que desejariam” (Konder, 1977, p. 112).

A partir do conhecimento dessas características básicas do que foi (ou do que é) o acontecimento político fascismo, é possível realizar o enfrentamento aqui proposto: fascismo e retórica realista no plano do discurso, na tratativa da “verdade”, e suas eventuais (in)compatibilidades. É o que se faz no título subsequente.

2 Algo como “guia”, “chefe”, ou “líder” em alemão (tradução livre).

3 Ou simplesmente não reconhecido, dada a empreitada colonial anterior.

4. FASCISMO E RETÓRICA: O PROBLEMA DO CONHECIMENTO E A QUESTÃO ÉTICA

Existem duas questões básicas que a filosofia se ocupa em responder. A primeira delas é: “com que grau de certeza pode-se saber alguma coisa sobre o mundo em torno, aí incluídos os seres humanos?” (Adeodato, 2014, p. 4). Eis um *problema de conhecimento*.

A segunda questão básica sobre a qual o pensamento filosófico se debruça é: “posto que a conduta humana não parece ser rigidamente determinada por causas, como se deve agir nesse mundo?” (Adeodato, 2014, p. 4). Aqui jaz um *problema ético*, isto é, de como proceder.

Como se delineou alhures, para a retórica realista, o elemento de invalidade de um discurso não reside em seu conteúdo, nem na sua forma. O orador pode defender o que desejar. Não existe um limite ético quanto ao que se diz (*logos*), pois “A postura analítica da retórica realista procura ser eticamente neutra” (Adeodato, 2017, p. 29).

Isso também se dá no tocante às vias da persuasão. Significa dizer: o locutor pode lançar mão do discurso de autoridade (*ethos*) e da maneira mais apropriada para abordar o destinatário de sua fala (uma maneira mais engraçada, mais séria, com muita ou pouca gesticulação, com pausas dramáticas etc.), o que configura o *pathos*. A retórica realista – diferentemente da retórica aristotélica – permite, de mais a mais, que se recorra às vias erísticas, como a mentira, a dissimulação, o blefe, a ironia, a ameaça e a ofensa verbal.

No entanto, não seria correto afirmar que a retórica realista admite qualquer discurso como o mais verdadeiro. O “controle de qualidade” sobre a construção do conhecimento existe e se faz mediante um único critério: o debate público. Qualquer tese pode ser alegada, da maneira comunicativa que convier ao orador, desde que haja a oportunidade igualitária à apresentação de suas objeções. *Essa é a resposta retórica realista ao problema do conhecimento: a isostenia*⁴.

Isso porque, para a filosofia retórica, a linguagem não é um meio para o mundo real: “ela é o único mundo perceptível” (Adeodato, 2014, p. 6). A relação do ser humano com “o mundo lá fora” é sempre indireta, adstrita à versão linguisticamente possível. Como explica João Maurício Adeodato (2014), “A linguagem faz um filtro diante do mundo, literalmente uma fantasia (*Phantasie*), no sentido de que seu ambiente é produzido pelo próprio ser humano. Daí o caráter indireto de sua relação com o ambiente” (p. 9).

Na retórica realista, essa característica antropológica é muito importante. Nela, os seres humanos não têm um ambiente natural propriamente, mas um ambiente simbólico. Isso se dá não porque sejam superiores e se adaptem a qualquer meio, mas porque seu único ambiente é a linguagem, que levam consigo e os obriga a construir seu próprio mundo, sua própria representação como indivíduos e como grupos sociais.

É por isso que os seres humanos são seres ainda “não formados, ‘incompletos’ (unfertige Wesen). Em compensação, porque carregam seu ambiente consigo, e não apenas sua casa, como os caracóis, os seres humanos literalmente criam seu mundo” (Adeodato, 2017, p. 19). No mais:

A pergunta mesma sobre alguma ‘realidade ôntica’ por trás da linguagem não tem qualquer sentido, pois o ser humano é linguisticamente fechado em si mesmo, em um universo de signos, sem acesso a qualquer ‘objeto’ para além dessa circunstância (Adeodato, 2017, p. 21).

4 Isostenia é o método pelo qual se colocam os argumentos contrários em igualdade de forças de modo que ambos tenham iguais condições de vencer, se competentemente expostos (Adeodato, 2014, p. 77).

Nesse horizonte, o ser humano está invariavelmente preso aos limites de sua linguagem, sem acesso ao “mundo real”. É como um cego tateando no escuro. A “realidade” que chega para o ser cognoscente é sempre incompleta e reduzida pela via linguística (que não é capaz de captar todas as riquezas e exuberâncias do mundo material), de modo que a melhor maneira de se alcançar as verdades prováveis é compartilhando suas percepções limitadas e imperfeitas com outras percepções limitadas e imperfeitas, chegando-se a enunciações opinativas comuns.

Com isso, podem-se erigir denominadores comuns mínimos que permitam a vivência social (os *topoi*, lugares comuns básicos como pontos de partida para outras argumentações; por exemplo: “a Terra gira em torno do Sol”, ou “as cores da bandeira dos Estados Unidos são azul, vermelho e branco”). As argumentações que são feitas a partir daí e que conseguem convencer um maior número de pessoas são os chamados *relatos vencedores*, que compõem a *retórica material* (Adeodato, 2017, p. 21). O que existe no terreno da retórica, portanto, não são verdades: são relatos que venceram na disputa pela melhor probabilidade num dado contexto sociolinguístico.

Note-se que, na rejeição das ontologias, das verdades universais inquestionáveis, a retórica realista assume que não existem evidências (os relatos vencedores podem a qualquer tempo ser derrubados). O que há são apenas intuições, probabilidades, que devem ser contrapostas a outras a fim de que não se recaia no abismo do solipsismo. Afinal, a inexistência de uma realidade ôntica

[...] não implica que a realidade seja subjetiva, pelo menos no sentido de dependente de cada indivíduo, muito pelo contrário. O maior ou menor grau de ‘realidade’ de um relato vai exatamente depender dos outros seres humanos, da possibilidade de controles públicos da linguagem (Adeodato, 2017, p. 21, grifamos).

Enfim, a retórica realista não é objetivista, tampouco subjetivista: radicalmente, na raiz, “defende que o controle público da linguagem cria o real” (Adeodato, 2017, p. 37).

Disso decorre que o problema não é convencer a plateia de uma ideia, qualquer que seja, o problema é não permitir *a mediação das ideias pela alteração, o controle público da linguagem*. Em síntese: a imposição de uma só versão do mundo pela via da força bruta *não* é retórica. No momento em que a violência física aparece para impor um ponto de vista, a retórica sai de cena. Sem dúvida, a retórica não se limita a uma teorização, ela é, sim, uma forma de *ação* sobre o mundo, uma práxis, mas, na ideia de seu formulador, “uma das mais civilizadas delas” (Adeodato, 2014, p. 3).

Relembre-se que *a ameaça de violência é válida para a retórica realista*, o que não se admite é *a vis absoluta*:

[...] a violência efetiva é evento, não é linguagem, logo não faz parte da retórica. Mas ameaça é comunicação, tem que ser compreendida pelo emissor e pelo receptor; ela não é irresistível como a violência efetiva, pois pode ser enfrentada pelo risco, que é comunicacional, ou seja, retórico (Adeodato, 2017, p. 30)

A solução para a questão filosófica da ética, do ponto de vista retórico-realista, é, pois, a *tolerância*:

[...] ‘tolerar’ aqui não deve ser entendido como ‘suportar’, mas sim como ‘aceitar’ o outro e a divergência inexorável da intersubjetividade. Sim, pois os abismos entre as faculdades cognitivas dos seres humanos e o mundo demonstram claramente a irracionalidade das convicções definitivas e inquestionáveis, ou seja, da ideia de verdade (Adeodato, 2014, p. 77).

Nesse caminho, a modesta recusa da verdade absoluta deve conduzir o ser humano à “tolerância, no sentido de reconhecer e aceitar perspectivas normativas diferentes e mesmo opostas sobre como o mundo tem sido no passado e deve vir a ser no futuro” (Adeodato, 2014, p. 78).

Nessa digressão, no exemplo privilegiado aqui eleito, o fascismo, que é retoricamente condenável, tanto no tocante ao problema do conhecimento quanto em relação ao questionamento ético, padece de um vício estrutural: o espaço público como foro para divergências de opinião, nesse fenômeno político, é inexistente.

Nesse sentido, há uma intenção não democrática por trás da propaganda fascista que é fundamental:

Os Estados fascistas concentram-se em desarticular o Estado de direito, com o objetivo de substituí-lo pelos ditames de governantes individuais ou chefes de partido (Stanley, 2020, p. 40).

Nesse regime, há um só partido, uma só versão legítima dos fatos (retórica material), um só líder. E essa retórica material não é mantida organicamente pelo embate permanente de concepções distintas, mas artificialmente, pelo emprego da *força*.

O empenho político pragmático do fascismo inclui um relativismo absoluto sobre consensos históricos anteriores. Não por acaso, Mussolini definia o fascismo como “um movimento super-relativista”, o que gerava a necessidade de apontar aos seus correligionários uma direção clara e permanente, um valor supremo capaz de funcionar como bússola (Konder, 1977, p. 10). Esse princípio sagrado incontestável, essa verdade, só poderia emanar dele: o líder. Dessa feita, “A política fascista troca a realidade pelos pronunciamentos de *um único indivíduo*, ou talvez de *um partido político*” (Stanley, 2020, p. 66, grifamos).

Historicamente, os líderes fascistas, em muitas oportunidades, chegaram ao poder pelas vias democráticas do convencimento. Sem embargo, o compromisso com a liberdade (liberdade de voto e liberdade de expressão, por exemplo) tende a terminar com essa vitória (Stanley, 2020, p. 40). Uma vez no poder, o fascismo não admite a possibilidade de discordância. Tanto é assim que os fascistas são entusiastas do anti-intelectualismo, sempre promovendo ataques a universidades e sistemas educacionais capazes de questionar suas ideias. Para o fascismo, “Pensar é uma forma de castração. Por isso, a cultura é suspeita na medida em que é identificada com atitudes críticas” (Eco, 2019, p. 48).

A política fascista sabota o debate público ao investir sistematicamente contra a educação, a especialização e a linguagem. Isso compromete sobremaneira o embate inteligente de opiniões, algo impossível sem uma educação que dê acesso a diferentes perspectivas, o que não acontece no fascismo – nele, as universidades e as escolas têm o papel de apresentar aos alunos exclusivamente a cultura dominante, seu passado mítico e sua verdade única imposta (Stanley, 2020, pp. 48-64).

Tais medidas advêm de um espírito de intolerância muito grande que não aceita o diálogo racional e propicia a eliminação do outro, “utilizando e exacerbando o natural medo da diferença” (Eco, 2019, p. 49). Dessa forma, a política fascista “substitui o debate fundamentado por medo e raiva” (Stanley, 2020, p. 66). Nessa senda, Rubens Casara (2018) argumenta que

O fascista desconfia do conhecimento, tem ódio de quem demonstra saber algo que afronte ou se revele capaz de abalar suas crenças. Ignorância e confusão pautam sua postura na sociedade

[...] a criação de inimigos imaginários (a transformação do ‘diferente’ em inimigo), a confusão entre acusação e julgamento [...] são sintomas do fascismo que poderiam ser superados se o sujeito estivesse aberto ao saber, ao diálogo que revela diversos saberes (p. 133).

As teorias da conspiração têm uma função muito importante nesse movimento, ao enxovalhar e deslegitimar seus alvos, vinculando-os, sobretudo simbolicamente, a atos problemáticos (Stanley, 2020, p. 67). Desse modo, há uma política do “nós e eles”, em que “O nacionalismo fascista cria um ‘eles’ perigoso, contra o qual devemos nos proteger, às vezes combater, controlar, a fim de restaurar a dignidade do grupo” (Stanley, 2020, p. 109). Esse pensamento dualista promove uma estanque divisão entre amigo e inimigo com base no medo (Stanley, 2020, p. 112).

Na política fascista,

[...] mulheres que não se encaixem em papéis de gênero tradicionais, indivíduos não brancos, homossexuais, imigrantes, ‘cosmopolitas decadentes’, aqueles que não defendem a religião dominante, são, pelo simples fato de existirem, violações da lei e da ordem (Stanley, 2020, p. 112).

Durante o fascismo italiano, a título de exemplo, alguns dos tratamentos dados aos discordantes (“inimigos”) foram os seguintes:

Gramsci foi mantido na prisão até a morte, Matteotti e os irmãos Rosselli foram assassinados, a liberdade de imprensa foi suspensa, os sindicatos desmantelados, os dissidentes políticos confinados em ilhas remotas, o Poder Legislativo se transformou em pura ficção e o Executivo (que controlava o Judiciário, assim como a mídia) promulgava diretamente as novas leis, entre as quais a da defesa da raça (apoio formal italiano ao Holocausto) (Eco, 2019, p. 39).

Na Alemanha nazista, não havia maneira mais eficaz de propagar a pretensão de domínio mundial dos nazistas do que “punir como alta traição qualquer pronunciamento ou ato contra o Terceiro Reich, não importa quando, onde ou por quem fosse feito” (Arendt, 2012, p. 555).

Perceba-se que o fascismo está sempre em busca de um consenso que una a todos, acriticamente, pelo acesso a um único discurso, uma única retórica material, instituída pela força. Enquanto a retórica realista percebe o desacordo como meio incontornável de avanço do conhecimento, vez que imprescindível o antagonismo intelectual, “Para o Ur-Fascismo [o fascismo eterno], o *desacordo é traição*” (Eco, 2019, p. 49, grifo do autor). No fascismo, o diferente não é tolerado, nem sequer respeitado: ele é um inimigo, uma verdadeira ameaça que precisa ser extinta.

Por tudo o que se apresentou até aqui, é possível aduzir que a lógica fascista de operacionalização da verdade representa diametralmente o oposto do que a retórica realista apregoa como respostas tanto para a questão filosófica do conhecimento como para a pergunta ética.

Quanto ao problema do conhecimento (“o que se pode saber”), a resposta retórica, como dito, é a de que (i) só se pode saber algo na e pela linguagem e, conseqüentemente, (ii) a única forma de se aferir a validade ou invalidade de um discurso é pelo debate, a alteração linguisticamente ordenada. No fascismo, essa confrontação racional e publicamente mediada não existe: o que há é uma só voz, um único pensamento, uma única narrativa sobre o mundo sendo exposta a todo o tempo. A retórica material não se atinge pelo duelo argumentativo, mas por imposição via propaganda, lavagem cerebral e violência.

Ao aniquilar um senso comum de história, os fascistas criam um passado mítico para respaldar sua visão do presente. Eles reescrevem a compreensão geral da população sobre a realidade por distorções via linguagem de propaganda. Como explica Michiko Kakutani (2018),

Hitler dedicou capítulos inteiros do *Mein Kampf* (Minha luta) ao tema da propaganda política, e seus discursos — assim como aqueles escritos pelo seu ministro da propaganda, Joseph Goebbels — acabariam formando uma espécie de cartilha para aspirantes a autocratas: apele para as emoções das pessoas, não para o intelecto; use ‘fórmulas estereotipadas’, repetidas várias vezes; ataque continuamente os oponentes e os rotule com frases ou slogans distintos que provocarão reações viscerais do público (p. 90).

Caso a propaganda monolítica não se mostre suficiente, parte-se para o evento: a violência física. Logo, em se tratando da celeuma ética, não há correspondência alguma entre fascismo e retórica realista tampouco. Enquanto a retórica realista propõe a ética da absoluta tolerância com a opinião alheia, ainda que o conteúdo da fala soe o mais absurdo para quem o recebe, com prevalência da igualdade de condições no dizer e no escutar, o fascismo pauta-se pela convocação dos instintos primitivos do medo e da raiva, não ficando restrito ao plano discursivo.

No fascismo, por último, o adversário intelectual não é um ser pensante com quem se possa aprender pelo diálogo, mas sim, um inimigo perigoso; é alguém que não deve ser ouvido, porém, fisicamente combatido, enfim, exterminado. Tudo isso dissolve, de pronto, o processo comunicativo incontornável à existência da democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto, a retórica nasce na Grécia Antiga, passando por várias correntes filosóficas até os dias atuais. Hoje, mantém-se como um saber legítimo, todavia, majoritariamente entendido como alheio à filosofia, mesmo entre os retóricos. A retórica realista, tal como proposta por João Maurício Adeodato, vem não só para efetuar um retorno sofisticado aos erismas, totalmente deslocados da arte da palavra na tradição aristotélica, bem como, numa virada radical e minoritária, para posicionar a retórica como um saber dentro da própria filosofia, justaposta à ontologia.

Com uma postura que se poderia chamar de extremadamente “igualitária” (abstratamente falando), permitindo que absolutamente qualquer assunto seja levado à arena pública e, o mais importante, independentemente de o orador estar mentindo sobre ele ou não (ou até de o expor pela via da ameaça e da ofensa oral), a retórica realista é de se remeter à filosofia política. É possível refletir sobre quais sistemas ou regimes políticos conhecidos na história da humanidade, de fato, permitiram ou permitem esse nível de debate.

Muito se fala acerca das repercussões históricas do fascismo e de toda a brutalidade cometida contra grupos minoritários perseguidos quando esse movimento esteve ostensivamente no poder na Europa da primeira metade do século XX. No entanto, a retórica realista não está exatamente preocupada com isso – a sua mensagem principal é a garantia do debate público, independentemente das ideias nele contidas de forma manifesta ou sub-repticiamente. Com isso em mente, realizou-se uma investigação quanto ao *modus operandi* fascista de se lidar com a questão da verdade, isto é, passou-se a investigar se o fascismo acredita numa verdade e, se sim, como a apresenta e em que medida a põe publicamente à prova pela alteração.

Pelo que se pôde constatar, o fascismo não apenas crê piamente numa ontologia muito específica (reduzida aqui a passado mítico, superioridade racial e redenção messiânica), como não aceita que seja colocada em questão. Aos adversários discursivos que ousam discordar, é reservado o tratamento de choque consistente em exílio, prisão ou, ainda, na tortura e na eliminação pela morte. O antagonista, no fascismo, não é visto enquanto um mero agente discordante: é desenhado como inimigo do Estado e da nação. A discrepância argumentativa não é lida como saudável oportunidade de aperfeiçoamento dialógico, mas considerada traição grave.

Isso já coloca o fascismo como algo plenamente incompatível com a retórica realista. Nela, o fascista teria que apresentar argumentos e colocá-los sob o escrutínio de uma discussão ampla, com vertentes de pensamento das mais diversas, sendo obrigado a ouvi-las todas, chegando-se num denominador comum mínimo. Entrementes, não é isso a que visa o fascismo; malgrado, historicamente, tenha ascendido ao poder pelas vias democráticas, esse regime reiteradamente não se sustenta pelo diálogo racional, e sim, em última instância, pela força bruta.

Enfim, afasta-se qualquer possibilidade de haver retórica (desde o ponto de vista aqui utilizado) envolvida no fascismo, confirmando-se a hipótese inicial. Pela retórica realista, a retórica opera-se exclusivamente no âmbito da linguagem (o único *habitat* do ser humano), ainda que se trate de uma linguagem agressiva (com ofensas diretas e ameaças). No momento em que se parte para o uso da força, não existe debate, pois violência física não é linguagem, não promove comunicação - violência é evento. Nesse panorama, pode-se discutir se há outra coisa, mas, definitivamente, em lugares nos quais prevalece a incivilidade e se repele o agir comunicativo, não existe retórica na acepção realista.

REFERÊNCIAS

- Adeodato, J. M. (2014). *Uma teoria retórica da norma jurídica e do direito subjetivo*. 2. ed. São Paulo: Noeses.
- Adeodato, J. M. (2015). Uma crítica retórica à retórica de Aristóteles. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, 110, 35-73.
- Adeodato, J. M. (2017). Retórica realista e decisão jurídica. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, Vitória, 18 (1), 15-40.
- Adeodato, J. M. (2018). Tópica, argumentação e Direito dogmaticamente organizado. *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)*, 10 (2), 128-137.
- Arendt, H. (2012). *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras.
- Aristóteles (2010). *Órganon: Categorias, Da Interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Refutações sofísticas*. Tradução: Edson Bini. 2. ed. Bauru: EDIPRO.
- Aristóteles (2005). *Retórica*. Prefácio e introdução: Manuel Alexandre Júnior. Tradução e notas: Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa; Imprensa Nacional; Casa da Moeda.
- Bobbio, N. (1995). *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

- Casara, R. (2018). *Sociedade sem lei: pós-democracia, personalidade autoritária, idiotização e barbárie*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Chauí, M. (2002). *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*, vol. 1. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Costa, R. (2019). A retórica na Antiguidade e na Idade Média. *Trans/Form/Ação*, Marília, 42, n. spe, 350-390.
- Eco, U. (2019). *O fascismo eterno*. Tradução de Eliana Aguiar. 5. ed. Rio de Janeiro: Record.
- Kakutani, M. (2018). *A morte da verdade: notas sobre a mentira na era Trump*. Tradução de André Czarnobai e Marcela Duarte. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Konder, L. (1977). *Introdução ao fascismo*. Rio de Janeiro: Edições do Graal.
- Lakatos, E. M. Marconi, M. de A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Paxton, R. (2007). *A anatomia do fascismo*. Tradução de Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra.
- Pazzinato, A. L. Senise, M. H. V (2002). *História Moderna e Contemporânea*. 14. ed. São Paulo: Ática.
- Platão (1970). *Górgias ou A oratória*. Tradução de Jaime Bruna. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Stanley, J. (2020). *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*. Tradução de Bruno Alexander. Porto Alegre: L&PM.